

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 920.309 RIO DE JANEIRO

RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO
RECTE.(S) : MANOEL MOREIRA DA SILVA
ADV.(A/S) : TERESA CRISTINA CARNEIRO DA SILVA
GUIMARAES DOS SANTOS
ADV.(A/S) : RICARDO GUIMARÃES DOS SANTOS
RECDO.(A/S) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL FEDERAL

DECISÃO: O recurso extraordinário a que se refere o presente agravo foi deduzido por Advogada que **não dispõe** de procuração nos autos.

Cabe ter presente, na espécie ora em exame, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, que, **por mais de uma vez**, já enfatizou **não se revelar** suscetível de conhecimento o recurso – **qualquer** recurso, **inclusive** o apelo extremo – interposto por Advogado **que não possui**, no processo, o **necessário** instrumento de mandato judicial, **nem haja protestado** por sua oportuna apresentação (RTJ 103/344 – RTJ 116/698 – RTJ 121/835 – RTJ 129/1295 – RTJ 132/450 – RTJ 137/461):

*“O recurso extraordinário interposto por Advogado **sem procuração** constitui ato processual juridicamente inexistente.*

*Não é aplicável ao recurso extraordinário a norma inscrita no art. 13 do Código de Processo Civil, razão pela qual a **ausência** do necessário instrumento de mandato judicial **legítima**, quando imputável a omissão ao Advogado da parte recorrente, o **não-conhecimento** do apelo extremo interposto. **Precedentes do STF.**”*

(RTJ 160/1069-1070, Rel. Min. CELSO DE MELLO)

Na realidade, esse entendimento – que **reflete** orientação jurisprudencial **prevalecente** no âmbito desta Suprema Corte (AI 224.747-AgR/SP, Rel. Min. MAURÍCIO CORRÊA – ARE 654.424/MG, Rel. Min. AYRES BRITTO – ARE 646.016/SP, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA –

ARE 920309 / RJ

RE 170.572-AgR/SP, Rel. Min. MARCO AURÉLIO – **RE 238.031/SP**, Rel. Min. NÉRI DA SILVEIRA – **SS 770-AgR/SC**, Rel. Min. CELSO DE MELLO, *v.g.*) – identifica, na situação ora em exame, uma típica hipótese de **inexistência** do próprio ato processual de recorrer:

“Reputa-se inexistente o recurso, se o advogado que o interpôs não possui procuração nos autos, nem protestou pela sua juntada posterior, como permite a norma processual.”

(**AI 180.406-ED-AgR/PR**, Rel. Min. MAURÍCIO CORRÊA – grifei)

Sendo assim, e tendo em consideração as razões expostas, **conheço** do presente agravo, **para negar seguimento** ao recurso extraordinário, por manifestamente inadmissível (CPC, art. 544, § 4º, II, “b”, na redação dada pela Lei nº 12.322/2010).

Publique-se.

Brasília, 07 de outubro de 2015.

Ministro CELSO DE MELLO

Relator